



## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 132ª SESSÃO ORDINÁRIA (CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 1978

QUINTA-FEIRA

Presidência do Deputado Domício Scaramella, secretariada pelos Senhores Deputados Lineu Turra e Gabriel Sampaio.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielise Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Manoel Gaona, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 154/78

Curitiba, 06 de dezembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado, destinado a atender despesas com o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA, criado pela Lei nº 6.639, de 29 de novembro de 1974, na forma que especifica.

Em obediência ao disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 (Normas Gerais de Direito Financeiro), o anteprojeto prevê, como recurso para cobertura do crédito especial em questão, o necessário cancelamento de verbas, no vigente Orçamento Geral do Estado, conforme menciona.

Tendo em vista o interesse público de que está revestido o assunto, solicito sua inclusão no rol das matérias a que serão apreciadas durante a atual convocação extraordinária dessa Casa de Leis.

Certo de que a medida ora submetida a essa colenda Casa de Leis merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR  
Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial, no valor de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), destinado a atender despesas com o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA, criado pela Lei nº 6.636, de 29 de novembro de 1974, conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO: Administração Geral do Estado

UNIDADE: Encargos Gerais do Estado

FUNÇÃO: Desenvolvimento Regional

PROGRAMA: Programas Integrados

SUBPROGRAMA: Programação Especial

ATIVIDADE: Atendimento a Projetos e Atividades Especiais.

DOTAÇÃO: 2301.07401832.335

3.0.0.0 DESPESAS CORRENTES

3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

3.2.1.0 — Subvenções Sociais

Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar ..... Cr\$ 2.000.000,00

Art. 2.º — Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância, constante do vigente Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, a transcrição na ata dos trabalhos da sessão de hoje, do editorial do jornal "Correio de Notícias", editado nesta Capital, sob o título "Prorrogação Imoral", de autoria do jornalista Samuel Guimarães da Costa.

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 1978.

(a) Maurício Fruet

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer seja encaminhado ao Ex.º Sr. Secretário da Segurança Pública, um apelo encarecendo enérgicas providências para a punição dos milicianos integrantes da Polícia Militar do Estado, em serviço do dia 13 do corrente, no Estádio Couto Pereira, por ocasião do jogo noturno realizado entre Coritiba e Atlético, os quais, sem motivo justificado, espancaram violentamente, em abuso flagrante de autoridade, o jovem RONEL R. BARROSO FILHO, cuja violência ocasionou lesões corporais no citado jovem a ponto de ser o mesmo removido para o Pronto Socorro Municipal.

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 1978.

(a) Erondy Silvério

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Ex.ª que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Ex.º Sr. Secretário da Educação e da Cultura, Dr. Eleutério Dallazen, no sentido de que seja destinado um microônibus para o transporte de alunos na área rural do Município de Corbélia.

O presente tem a justificá-lo ser o Município de Corbélia essencialmente agrícola e, serem grandes as distâncias das residências dos alunos da escola, o que, para ser vencido a pé, produz desestímulo ao comparecimento às aulas. Precariamente e, na medida do possível, o município vem atendendo a população escolar, utilizando-se de veículos de aluguel.

Face ao programa lançado pelo Governo no sentido de atender à locomoção de alunos, especialmente na área rural, nada mais justo que se inclua o Município de Corbélia entre os beneficiários do sistema, dada a sua potencialidade econômica no setor agrícola e a grande quantidade de escolares que habita a zona rural.

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 1978.

(a) Lineu Turra

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella). — Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, primeiro orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. DENI SCHWARTZ — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê): "Cumprindo objetivos muito nobres, a UNICEF, organismo das Nações Unidas dedicado à criança, declarou 1979 como "Ano Internacional da Criança", num esforço para chamar à atenção da opinião pública mundial e dos Estados para a grave situação dos novos seres humanos que anualmente nascem em nosso Planeta.

É a convocação dos homens conscientes para a avaliação da situação da criança e a busca de soluções para esta que é, indiscutivelmente, a mais grave questão social.

No nosso País, o problema ganha dimensões assustadoras.

Não podemos negar que alguns poucos, homens conscientes, têm alertado e lutado para que a questão social da infância ganhe todas as consciências e abra espaço junto aos governos.

Infelizmente, no entanto, à medida em que se apregoa, um crescimento de renda "per capita", o que vemos, no tocante à proteção à infância é um retrocesso.

A idade de trabalho baixou de 14 para 12 anos, pressionadas que foram as famílias brasileiras pelo regime consumista importado e principalmente pelo achatamento salarial.

Arrochando as classes trabalhadoras com salários indignos e impedindo que a alimentação, a saúde, a educação e o bem-estar, cheguem à maioria dos lares brasileiros, proibindo que o trabalho ocupe junto ao capital o direito de discutir, debater e fazer valer seus direitos, nosso regime político e econômico tem sido o responsável pela existência, de acordo com alguns dados, de 40 milhões de brasileiros vivendo em condições marginais e desumanas, enquanto outros 50 milhões não conseguem obter recursos, meios e instrumentos de nutrição, saúde, habilitação profissional, habitação, cultura condizente com o mundo em que vivemos.

Nesse quadro se insere a criança brasileira.

Criou-se uma sociedade com cidadãos de primeira, segunda e terceira classe. Uma sociedade de duas castas, — os patriotas e os outros; dois estamentos — os técnicos e os outros; três classes sociais — os poderosos donos do dinheiro, os trabalhadores que dispõem de alguma propriedade e reservas econômicas de fundos, seguros, prêmios e poupanças; e finalmente daqueles trabalhadores que só têm sua força de trabalho.

Restam ainda, como verdadeiros párias, os desempregados, os trabalhadores eventuais, os "bóias-frias", que marginalizados totalmente do modelo econômico, vivendo na miséria absoluta, passam a engrossar as tão afamadas favelas, favelas estas que tanto pesam na consciência pequeno-burguesa do nosso povo.

O quadro da desnutrição e da fome é muito maior do que confessam nossas estatísticas. Até mesmo nas classes mais

abastadas a desnutrição é um fato face a ignorância e à pressão psicológica que é sujeito o nosso povo, levado a ser um consumidor inveterado de tudo que os poderosos desejam.

O direito ao trabalho é o direito ao salário da fome.

O trabalho não pode organizar-se e impor seus direitos coletivos, pois que o artifício do direito do aliciamento do Capital, da inconsciência do fura-greve, do provocador comprado pelos poderosos e ainda, a artimanha e pretexto de serviço público, segurança pública, serviço essencial e de segurança, necessidade nacional, podem facilmente ser manipulados contra o trabalhador livre.

O trabalhador convive com a fome, a desnutrição, a doença, o excesso de trabalho, junto com sua família. Ele é, ao mesmo tempo um comprador a ser conquistado pela extorsão legal, pela escorcha fiscal, pela usura, pelo produto desnecessário transformado em primeira necessidade.

Ele é um objeto manipulado para ser um sujeito ideologicamente conformado aos interesses que não são seus, nem da sociedade real, efetiva, que se assenta no trabalho; apenas do interesse minoritário, elitista, de um modelo de sociedade e de produção que não lhe interessa essencialmente.

É muito difícil falar da criança na sociedade brasileira, sem falar antes desse quadro aterrador de um País que se acredita quase desenvolvido, na véspera do desenvolvimento, que se orgulha do seu crescimento econômico, que se perde na visão da energia nuclear, da indústria aeronáutica, e da sofisticação técnica. Num País transformado em "grande pacote" para vender uma imagem irreal aos seus próprios filhos.

É impossível falar da criança brasileira sem antes falar das condições de vida, trabalho e cultura dos seus pais.

A Rede Globo de Televisão, com a cautela devida a um serviço público concedido e controlado pelos modeladores do sistema, fala em 30 milhões de marginalizados. O Secretário de Saúde de São Paulo enfatiza que a principal questão da criança brasileira é a fome. FOME. A revista "Time" alvitrou, baseada em estudos oficiais brasileiros, em quase 20 milhões de menores abandonados no Brasil. A situação é tão grave que quando toda a Pátria foi ofendida pela proposta do Governo Francês em adotar crianças brasileiras, nenhuma autoridade teve a dignidade de colocar porta a fora aqueles que ousaram tal proposta, proposta que nos nivelou à Biafra e ao Vietnã do Sul de pós-guerra.

De nada adiantam as patriotadas e as manipulações estatísticas para enfrentar o problema concreto que está aí.

Ao lado de tão graves problemas, temos uma sociedade muda. Levada ao emudecimento pela repressão e pela opressão. Sociedade que só fala com reservas depois que seus arautos fazem profissão de fé no sistema e no modelo econômico inventado pelos violentos predadores que não admitem obstáculos a seus interesses pessoais e de casta.

O atendimento à infância, no Brasil, parece ter apenas três eixos: a criança como objeto de manipulação ideológica para cantar em prosa e verso como pequenos robôs as belezas do modelo e do sistema; a criança como consumidor de produtos industriais e comerciais, sem nenhuma defesa; e a criança como lazer e entretenimento manipulados pelos tecnocratas do urbanismo, da cultura e da educação.

A repressão policial à infância, com o nome de proteção; a escolarização burocratizada e autoritária; e os programas especiais de criatividade, festividade, com o nome de cultura, arte e desenvolvimento das potencialidades infantis devem ser vistos como conjunto, pacote de ofertas para a infância, ao lado da assistência social, dos programas de saúde, de nutrição filantrópica. Melhores e piores, não podem ser vistos isoladamente. E devem ser encarados como falsificações pois, quando se trata de boas iniciativas o enfoque é de que "o mundo começa a ser criado", agora sim é que tudo será resolvido, o que distorce qualquer intenção, qualquer boa iniciativa.

E de qualquer modo é preciso não ficar olhando uma boa árvore esquecendo que a floresta é ruim. A floresta é o modelo que está criando uma sociedade que não serve aos brasileiros. Não serve aos adultos; não serve à infância.

Vivemos num Estado de 9 milhões de habitantes, onde mais de 3 milhões têm de zero a 12 anos. Um Paraná em desenvolvimento mas onde a fome, a miséria e a privação dos bens gerados pelo progresso atinge a esmagadora maioria dos seus filhos. Não somos apenas o "celeiro do Brasil", "o principal produtor de café do Brasil e do mundo", o "Paraná de um tempo novo". Somos o Paraná dos "bóias-frias", um contingente humano que chega a mais de um milhão de pessoas, a maioria crianças. Somos um Estado acossado pelo favelamento de dezenas de milhares de trabalhadores expulsos do campo, do seu trabalho e de sua cultura rural.

Somos o Paraná onde se costuma criar programas que são exportados como maravilhas, belezas, imaginação e criatividade; e depois acabam no monturo das deficiências e incapacidades. Assim como programa presidiário que serviu para encobrir o fato que desde 1958 não se criam estabelecimentos de recuperação de detentos. Assim como os programas de uniformização e contenção das crianças abandonadas em reformatórios, que já não são modelos de nada. De assistência social, de preparação de mão-de-obra. E onde escolas experimentais são fechadas sob os pretextos mais inéptos, enquanto logo depois, em todo o País, o programa dessas mesmas escolas passa a ser estudado para adoção.

Como todos os Estados de nosso País, sofremos aqui no Paraná as conseqüências da excessiva centralização das decisões e do fim, de fato, da Federação.

Sofremos com a falta de verbas para a educação enquanto românticos cantam em prosa e verso as virtudes do Mobral, incapazes no entanto, de apresentarem um só brasileiro "mobralizado" que tenha melhorado seu padrão de vida.

Sofremos com a mercantilização da educação de nível superior, mercantilização esta que se inicia nos famigerados "cursinhos", atestados claros da falência do nosso ensino de 2º grau, e termina nas altas anuidades das faculdades, ditas particulares.

Sofremos, neste contexto nacional, com a contradição de se considerar, para efeito de remuneração, mais importante o professor universitário que o professor primário.

Agora mesmo está em debate o concurso aberto pela nossa Secretaria de Educação para a promoção dos professores mais habilitados. Sem entrar no problema financeiro, conseqüência do enfoque errôneo, não nos parece justo retirar das salas de aula das nossas crianças de menor idade justamente os professores que mercê esforço próprio e através cursos de aperfeiçoamento hoje estão mais habilitados do que os novos que os venham substituir. Parece-nos correto promover aqueles que para isto tenham habilitação, mas não concordamos que o ensino de 1º, 2º ou 3º graus sejam diferenciados pelo vencimento do professor.

Afinal, como afirmar, sem margem de erro que o ensino superior é mais importante que o primário. De quem se exige mais, do professor da criança ou do professor do adulto?

Senhores Deputados:

Estamos convictos que o "Ano Internacional da Criança" nada representará se a criança não for vista dentro de todo o contexto. De nada adiantarão as manifestações filantrópicas, românticas ou de mera pacificação de consciências, se, o problema não for estudado em todos os seus aspectos."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella). — Consulto a liderança da Aliança Renovadora Nacional sobre se deseja usar o horário que lhe é reservado. (Declina).

Consulto a liderança do Movimento Democrático Brasileiro sobre se deseja usar o horário que lhe é reservado.

O SR. RENATO BERNARDI — O Sr. Deputado Maurício Fruet usará da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella). — Com a palavra o Sr. Deputado Maurício Fruet, nos quinze minutos reservados à bancada.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos o horário reservado à liderança do Movimento Democrático Brasileiro, apenas para solicitar a transcrição na ata dos trabalhos desta sessão, de editorial publicado hoje pelo jornal "Correio de Notícias", abordando a prorrogação de mandatos dos atuais Prefeitos e Vereadores, concluindo pela imoralidade de tal atitude que vem sendo apregoada por alguns líderes da Aliança Renovadora Nacional em âmbito federal.

A prorrogação de mandatos se constitui em mais uma tentativa para desligar o povo da prática salutar da democracia, que é exercida através de pleitos eleitorais.

Por este motivo, apresentamos este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 124/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 210/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de Piên, visando a execução de Cursos Supletivos — FASE II — do Projeto "MINERVA". Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 125/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 211/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de Palmas, visando a execução de Cursos Supletivos — FASE II — do Projeto "MINERVA". Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 126/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 213/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de Maringá, visando a execução de Cursos Supletivos — FASE II — do Projeto "MINERVA". Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 127/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 215/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de Dois Vizinhos, visando a execução de Cursos Supletivos — FASE II — do Projeto "MINERVA". Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 128/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 217/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de Cornélio Procopio, visando a execução de Cursos Supletivos — FASE II — do Pro-

Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.  
— **Aprovado, artigo por artigo.**

**2.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n.º 246/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 285/78, aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de Nova Aliança do Ivaí, objetivando implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

**2.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n.º 247/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 286/78, aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de Nova Cantu, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

**2.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n.º 248/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 287/78, aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de Nova Londrina, objetivando implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P.; por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 249/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 302/78, aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de Prudentópolis, objetivando implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

**2.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n.º 250/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 306/78, aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de Realeza, objetivando implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados conforme específica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 251/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 307/78, aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de Rebouças, objetivando implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, conforme especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 252/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 308/78, aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de Re-

nascença, objetivando implementação de projetos específicos. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 253/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 309/78, aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de Rio Azul, objetivando a implementação do Projeto LOGOS — Habilitação de Professores não titulados, conforme especificações favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 283/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 108/78, ex-Proposição n.º 412/78, aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado e diversos Municípios paranaenses, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 284/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 109/78, ex-Proposição n.º 413/78, aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado e diversos Municípios paranaenses, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado do Paraná, principalmente mediante absorção de mão-de-obra ociosa. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 286/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 82/78, ex-Proposição n.º 233/78, aprova acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de Boa Esperança, objetivando implementação do Projeto LOGOS — Habilitação de Professores não titulados, conforme especificações favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que seja destinado um microônibus para o transporte de alunos na área rural do Município de Corbélia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do editorial do jornal "Correio de Notícias", editado nesta Capital, sob o título "Prorrogação Imoral", de autoria do jornalista Samuel Guimarães da Costa. — **Aprovado.** — (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, em forma de apelo, encarecendo enérgicas providências para a punição dos milicianos integrantes da Polícia Militar do Estado, em serviço no dia 13 do corrente, no Estádio Couto Pereira, por ocasião do jogo noturno realizado entre Curitiba e Atlético, os quais, sem motivo justificado, espancaram violentamente o jovem Ronel R. Barroso Filho. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, sexta-feira, à hora regimental, com a Ordem do Dia já marcada anterior-

mente.

Levanta-se a sessão.

**Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Sr. Deputado Maurício Fruet, em sessão do dia 14 de dezembro de 1978.**

### PRORROGAÇÃO IMORAL

Estão na ordem do dia as discussões políticas em torno da questão da prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos e vereadores, eleitos em 1976, e que se encerrariam em 1980, para 1982, quando a partir de então teríamos a coincidência das eleições municipais, estaduais e para renovação do Congresso Nacional.

O Palácio do Planalto ainda não se manifestou oficialmente a respeito dessa prorrogação, embora se saiba que é favorável em princípio à coincidência dos mandatos eletivos, tanto que previu no chamado "pacote de abril" um mandato-tampão de dois anos para os prefeitos e vereadores que serão eleitos em 1980. Mas as atuais lideranças do governo na Câmara dos Deputados e no Senado já se manifestaram favoravelmente à nova fórmula, sabendo-se também que altos funcionários do Planalto igualmente se manifestaram no mesmo sentido, o que leva à presunção de que o governo estaria encarando a idéia com simpatia. Acrescentam eles que qualquer decisão a respeito vai depender dos entendimentos que vierem a ser mantidos pelo senador Petrônio Portela, e muito provavelmente pelo futuro governo Figueiredo, que até agora nada adiantou a respeito.

Os argumentos dos líderes do governo no Congresso partem da observação de que os melhores candidatos às prefeituras não aceitariam concorrer para um mandato tão curto de dois anos, no período 1980-82, o que implicaria em entregar os municípios a homens que não estão à altura de ocupar o posto. Por outro lado, o esforço e as despesas de campanha, que se mostraram consideráveis nas últimas eleições, desaconselham um mandato-bienal, até mesmo do ponto de vista dos deputados estaduais e federais agora eleitos, obrigados a se preocuparem com a próxima eleição municipal, levando o parlamentar a viver em regime de permanente campanha eleitoral.

Ora, todos esses argumentos são visivelmente frágeis e inconsistentes para justificar a prorrogação, que pode acarretar males bem maiores ao se presentear os atuais prefeitos com um mandato de seis anos, que é quase uma eternidade para administradores municipais, no geral, despreparados para as funções e, muitos deles até contra-indicados e decepcionantes, como os fatos diariamente têm demonstrado. Ressalvado, é claro, os bons, que são muitos.

Para um mandato-tampão de dois anos, há centenas de candidatos à Assembléia Legislativa e ao Congresso Nacional que não se elegeram, embora tivessem expressiva votação, e que aceitariam de bom grado a prefeitura de seus municípios, ainda que por período curto, tirando-os do ostracismo. Além disso, as divergências locais atuais se tornariam verdadeiramente intoleráveis ante a perspectiva de uma permanência por mais dois anos de prefeitos já incompatibilizados com suas respectivas comunidades. Em suma, eles estariam sendo premiados por estarem administrando mal e delapidando o erário municipal. Dar-lhes dois anos a mais de mandato sem a sanção popular é uma usurpação, uma forma indireta de cassação do eleitorado no benefício individual de prefeitos que não mereceriam esse privilégio.

Por outro lado, comparar as despesas de campanha com as realizadas no dia 15 de novembro último para as Assembléias e para o Congresso é confundir alhos com bugalhos, pois no âmbito municipal tais despesas não se verificam em igual escala. Tanto isso é certo que se cogita da adoção do voto distrital nas eleições parlamentares exatamente pelo reconhe-

cimento que em âmbito mais restrito os gastos de campanha são consideravelmente atenuados. Outrossim, não há prejuízo nenhum para prática democrática na realização de eleições em prazos curtos, pelo contrário, elas têm até uma função didática, sendo saudáveis inclusive para os deputados.

A tese de coincidência é defensável, até mesmo porque a eleição ao mesmo tempo do prefeito, do vereador, do governador e do deputado torna as áreas de influência mais ou menos vagas, reduzindo as pressões das máquinas burocráticas. E para evitar que o eleitor se confunda com muitos candidatos

num só dia, as eleições para representações diversas podem ser feitas no mesmo ano em datas diversas. E a coincidência pode ser alcançada ainda na década de 1980, não pela prorrogação que é sempre imoral como desrespeito ao eleitorado, mas mediante a fixação de um futuro mandato de seis anos, a partir de 1980, para que o eleitor tenha a plena consciência de quem vai eleger para um período previamente determinado, estabelecendo as regras do jogo antes do jogo e não depois dele iniciado. Essa é que é a lógica, em conformidade com a ordem natural das coisas. (S.G.C.)."